

RESPOSTA A ARTIGOS DE ARMANDO CORTESÃO (*).

Peço, licença, Senhor Diretor, para responder breve e sucintamente aos artigos do Dr. Armando Cortesão (publicados no **Diário Popular** entre 27 de dezembro e 4 de janeiro, próximo passado) intitulados “Um Livro Insidioso”, e escritos numa linguagem que nem sempre faz lembrar as implicações do seu sobrenome.

1. — O meu livro nada tem de “insidioso”. Como expliquei aberta e honestamente no começo daquele livrinho, eu quis contestar a convicção — igualmente honesta e firmemente mantida, como explicitamente disse — de muita e boa gente portuguesa de que os seus antepassados dos séculos XVI a XVIII sempre trataram os indígenas de África, Ásia, e América “humanamente, e quando civilizados, de igual para igual”. Também quis impugnar a validade de outra afirmação do Dr. A. Cortesão quando êle afirmou que: “Os portugueses nunca tiveram preconceitos de raça ou de côres. A todos trataram e tratam com fraternidade cristã, quer sejam brancos, pretos, baços ou amarelos”, para citar duas frases típicas do **Discurso** proferido por êle na Sociedade de Geografia de Lisboa em 9 de junho de 1962. Eu quis demonstrar que tais afirmações tão categóricas não podiam ser aceitas sem sérias e grandes modificações, pois que não é (ao meu ver) possível justificá-las à luz dos fatos e acontecimentos históricos.

2. — Eu não fiz mero “alarde de erudição”, como quer o Dr. Cortesão, em citar tantas fontes históricas: nem escolhi trechos isolados ou fora do seu contexto para tirar dêles conclusões inadmissíveis. Pelo contrário, eu tive especial cuidado em escolher precisamente feitos, dados e pensamentos bem típicos, e que, portanto, refletiram a prática e a mentalidade

(*) — Artigo publicado no **Diário Popular** de Lisboa, no dia 24 de janeiro de 1964 (Nota da Redação).

duma dada época ou região. Pela mesma razão, sabendo muito bem que algumas boas pessoas haveriam de ficar agastadas com as minhas afirmações, eu tirei quase todos os meus exemplos não de documentos inéditos, difíceis de controlar, nem de relatos de estrangeiros rivais ou invejosos, mas de documentos escritos por portugueses de lei e que andam impressos nas grandes coleções como são **O Archivo Português Oriental, A Monumenta Missionaria Africana**, etc., de fácil consulta numa boa biblioteca universitária.

3. — Claro está que a intolerância religiosa e os maus tratos infligidos aos escravos eram também praticados por outros povos colonizadores, fôsem êles castelhanos, inglêses, holandeses, franceses, etc., em maior ou menor grau, e às vêzes em maior escala (todo o mundo sabe, ou devia saber, que os inglêses eram os principais traficantes de “marfim negro” na costa ocidental da África durante o século XVIII). Também se pôde sustentar que os portugueses daqueles séculos, apesar de todos os seus erros, crimes e desumanidades eram, geralmente falando, menos duros para com os indígenas de que os outros povos brancos, e que tinham também menos prejuízo de côr. Eu creio nisto e tenho dito e escrito em muitos livros e artigos que tal podia ter sido, pelo menos em algumas épocas ou regiões. Mas o que eu jamais aceitei, nem posso aceitar agora, é a afirmação categórica de que os portugueses nunca praticaram qualquer forma de discriminação racial e religiosa. Eu disse e digo que sim, que praticaram em alguns aspectos sistematicamente e durante séculos inteiros, às vêzes contra e às vêzes consoante as leis vigentes do antigo império português. Basta recordar a perseguição religiosa e oficial exercida contra os hindus e os muçulmanos na Índia Portuguesa desde 1561 até 1761, e a discriminação feita contra o clero secular indígena de Goa desde fins do século XVI até às **Instruções** passadas em nome del Rei D. José pelo Marquês de Pombal ao Vice-Rei e ao arcebispo de Goa em 1774. Isto sem falar na escravatura negra praticada tanto pelos portugueses como pelos outros povos colonizadores europeus (e árabes) e que, inevitavelmente, trouxe consigo a convicção da superioridade racial do branco (que não pode ser escravizado) sôbre o negro (cuja escravidão era permitida pelas leis e pela Igreja).

4. — Para só falar em Angola, como “coração do império” e o ponto nevralgico de hoje, eu atrevo-me a dizer que a atual presença portuguesa lá é sobretudo devida à obra das gera-

ções do último quartel do século XIX em diante, cujos sacrifícios e trabalhos têm dado muito mais justificação para que os portugueses ficassem radicados no solo angolano do que a sua acção nos tempos (séculos XVI-XVIII) em que Angola não passava, praticamente falando, de um lugar de exílio para degredados brancos e um cercado inesgotável de escravos negros para o Brasil. Bem sei que houve episódios e façanhas fulgurantes, tais como foram os governos de Fernão de Sousa (1624-1630) e de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), a defesa de Massangano e Muxima contra os holandeses, a recuperação de Luanda por Salvador Correia (1648), a batalha de Ambuila (1665), e a obra missionária dos padres Capuchinhos italianos no sertão. Mas êstes e outros episódios gloriosos não obstavam a que durante mais de dois séculos Angola “tornara-se vazadouro de condenados e conspiradores, clérigos irrequietos, ciganos, judeus e incorrigíveis de tôda a espécie. E o exército, única fôrça de policiamento de tôda esta vaza corrupta, era constituído na sua quase totalidade por degredados, a quem, por lei, se assentava praça mal desembarcavam na colônia! À medida que se sangrava pela saída dos seus braços válidos, Angola ia recebendo continuamente de Europa os germes produtores da sua lenta e dolorosa agonia” — palavras estas de um dos melhores conhecedores e historiadores de Angola, o chorado capitão Gastão de Sousa Dias (**Os portugueses em Angola**, edição da AGU, Lisboa, 1959, pp. 170-175, e especialmente p. 173). Como se vê, há uma grande diferença entre Angola no século XVIII e a Angola hodierna que mereceu os rasgados elogios de Lord Cloyton que o Dr. Cortesão reproduziu no seu último artigo. Pois eu creio que duma maneira geral se pode aplicar à história de Angola **antiga** a observação pessimista do filósofo Pierre Bayle no seu **Dictionnaire Historique** (1695): “L’Histoire n’est proprement parler, qu’un recueil des crimes et des infortunes du genre humain, entremêlé de quelques exemples de vertu, de quelques exemples de bonheur”.

5. — Quero terminar citando outra observação que me parece vir a propósito. Em março de 1637 dois altos funcionários da Índia Portuguêsa escreviam ao seu Rei: “Os argüidos e argüidores por não sermos confirmados em Graça estamos sujeitos às misérias de que todo o homem é composto”. Assim será, tanto para o Dr. Cortesão como para mim. Ninguém deveria jactar-se de saber a verdade completa e inteira acêrca de ocorrências variadíssimas e problemas complexos em tempos

mais ou menos remotos. Mas estou convencido de que passados os anos, serenados os ânimos e as paixões, publicados ainda mais documentos dos séculos XVI-XVIII, será reconhecido que a verdade nesta controvérsia histórica pende mais para o lado de Pierre Bayle e o meu do que para o lado do Padre Welch e do Dr. A. Cortesão. Assim como eu nunca louvei sem restrição os feitos e as façanhas dos portugueses no Ultramar durante os séculos XVI-XVIII, nem tampouco me atrevi a censurar os seus erros e crimes sem ter em mente as condições e a mentalidade daquelas épocas, e sem indicar as devidas qualificações; assim como eu nunca fui um soldado do Quinto Império, tampouco sou agora um sequaz de Holden Roberto. Portanto rejeito resolutamente os insultos e as acusações tão indignas como infundadas que o Dr. Cortesão me dirigiu nas páginas do **Diário Popular**.

14 de janeiro de 1964.

C. R. BOXER